

BASE FLUVIAL DE LADARIO/MS

Estudo Técnico Preliminar 16/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63052.000383/2026-78

2. Introdução

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente ao art. 18, §1º, bem como em conformidade com os normativos vigentes.

2.2. O presente estudo tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, analisar as soluções disponíveis no mercado, identificar a solução mais adequada ao atendimento da demanda administrativa e operacional da Base Fluvial de Ladário, bem como subsidiar a elaboração do Termo de Referência e demais documentos da fase preparatória.

3. Descrição da necessidade

3.1. A Base Fluvial de Ladário (BFLa), classificada como Organização Militar Prestadora de Serviços tem como missão prover o apoio logístico, no âmbito do Com6ºDN, necessita manter estoque contínuo e suficiente de materiais de expediente, materiais de limpeza e higienização, bem como materiais descartáveis, indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas, operacionais e de apoio desenvolvidas pela Organização Militar.

Nesse diapasão, enuncia-se a Missão da BFLa:

"Prover o apoio logístico, no âmbito do Com6ºDN, tanto às OM terrestres, como aos navios sediados ou em trânsito, a fim de contribuir para o aprestamento dos meios navais da MB." (Plano Estratégico Organizacional - PEO 2024 - 2027).

3.2. Para a consecução de sua Missão, cabe à BFLa, dentro de sua área de jurisdição, e alinhadas ao Com6ºDN, as seguintes ações decorrentes:

I. apoiar as unidades e forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais, subordinadas ou não;

II. contribuir para a segurança do tráfego aquaviário, no que se refere à salvaguarda da vida humana e à segurança da navegação, nas hidrovias interiores, e a prevenção da poluição hídrica por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio;

III. cooperar com o desenvolvimento nacional e a de defesa civil, quando determinado; e

IV. apoiar o pessoal militar e civil da Marinha e seus dependentes

3.3. Os materiais de expediente são essenciais à execução das atividades administrativas internas, tramitação documental, controle de processos, atividades de planejamento, gestão contratual, almoxarifado, saúde, logística e apoio às operações.

3.4. Os materiais de limpeza e conservação são indispensáveis à manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade, conservação patrimonial e segurança sanitária das instalações militares, incluindo áreas administrativas, alojamentos, cozinhas, refeitórios, sanitários, áreas operacionais e demais dependências.

3.5. Os materiais descartáveis são necessários ao apoio das atividades de alimentação, atendimento institucional, ações administrativas, sanitárias e operacionais.

3.6. A ausência ou descontinuidade no fornecimento desses materiais compromete diretamente:

- a continuidade das atividades administrativas;
- a conservação das instalações;

- as condições sanitárias da Organização Militar;
- a eficiência operacional;
- o atendimento às normas de higiene e segurança;
- o adequado funcionamento dos setores administrativos e operacionais.

3.7. Ressalta-se ainda que a Base Fluvial de Ladário encontra-se localizada em região de fronteira, com relativa dificuldade logística para pronto atendimento de demandas emergenciais, circunstância que exige planejamento adequado de abastecimento e manutenção de estoques mínimos de segurança.

3.8. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de contratação continuada mediante Sistema de Registro de Preços, permitindo aquisições parceladas conforme a demanda administrativa ao longo do período de vigência da ata.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO DE MATERIAL	LAURENICE DA SILVA FERREIRA
DIVISÃO DE MATERIAL	GAUDENCIO FELIX DE SOUSA FILHO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos Gerais

Os materiais a serem adquiridos deverão:

- atender às especificações técnicas usuais de mercado;
- possuir padrões mínimos de qualidade;
- apresentar conformidade com normas técnicas eventualmente aplicáveis;
- ser novos, sem uso anterior;
- possuir garantia contra defeitos de fabricação, quando aplicável;
- apresentar embalagem adequada ao transporte e armazenamento;
- possuir identificação do fabricante, marca e lote, quando aplicável.

4.2 Requisitos de Sustentabilidade

Nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e da legislação correlata, deverão ser observados, sempre que técnica e economicamente viáveis:

- utilização de materiais recicláveis ou reciclados;
- preferência por produtos biodegradáveis;
- redução da geração de resíduos;
- produtos com menor impacto ambiental;
- embalagens sustentáveis;
- conformidade ambiental dos fabricantes.

Os critérios de sustentabilidade deverão ser previstos no Termo de Referência sem restrição indevida à competitividade.

4.2.1. A Contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontrado no site <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guiasustentabilidade>, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

- Os detergentes em pó utilizados no país, ainda que importados, devem respeitar limites de concentração máxima de fósforo;
- Os saneantes devem ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme sua respectiva classificação como de risco I ou risco II;
- O fabricante de detergentes deve ser registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas).

- Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.

4.3. Requisitos Logísticos

Considerando a localização estratégica da Base Fluvial de Ladário em região de fronteira e as limitações logísticas da região, os fornecedores deverão:

- realizar entregas dentro dos prazos estabelecidos;
- garantir disponibilidade contínua dos itens registrados;
- possuir capacidade logística compatível com o atendimento da demanda;
- realizar entregas parceladas conforme requisição da Administração.

4.4. Requisitos de Habilitação

Os requisitos de habilitação observarão exclusivamente as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021

6. Levantamento de Mercado

6.1. Foram analisadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

SOLUÇÃO 1 – AQUISIÇÃO DIRETA E FRACIONADA POR DISPENSAS

Consistiria na realização de sucessivas contratações diretas de pequeno valor, conforme surgimento das demandas.

Vantagens:

- menor formalismo inicial;
- contratação imediata em pequenas demandas.

Desvantagens:

- elevado risco de fracionamento indevido da despesa;
- ausência de ganho de escala;
- aumento do custo administrativo;
- maior tempo de processamento das aquisições;
- risco de desabastecimento;
- redução da eficiência administrativa.

Conclusão: solução considerada inadequada.

SOLUÇÃO 2 – CONTRATAÇÃO POR LICITAÇÃO TRADICIONAL COM ENTREGA ÚNICA

Consistiria em aquisição integral dos materiais em única contratação e entrega.

Vantagens:

- possibilidade de economia de escala;
- simplificação do controle contratual.

Desvantagens:

- necessidade de grande capacidade de armazenamento;
- risco de deterioração de materiais;
- imobilização orçamentária;
- dificuldade de adequação do consumo real;

- risco de vencimento ou obsolescência de determinados itens.

Conclusão: solução parcialmente adequada, porém não recomendada.

SOLUÇÃO 3 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SOLUÇÃO ESCOLHIDA)

Consiste na realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com aquisições parceladas conforme demanda.

Vantagens:

- maior flexibilidade de contratação;
- aquisições sob demanda;
- redução de desperdícios;
- manutenção de estoque adequado;
- economia de escala;
- maior competitividade;
- eficiência logística;
- melhor gestão orçamentária;
- mitigação do risco de desabastecimento.

Desvantagens:

- necessidade de gerenciamento da ata;
- necessidade de controle contínuo das demandas.

Conclusão: solução mais vantajosa e adequada ao interesse público.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução escolhida consiste na realização de Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços, visando futura e eventual aquisição parcelada de materiais de expediente, limpeza e descartáveis, durante o período de 12 meses, nos termos do art.82 incisos I e II da Lei 14.133/21 e art. 3º do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023.

7.1.1. Nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, c/c o Art. 22 do Decreto 11.462/2023, a ata de registro de preços poderá ser prorrogada, com renovação dos quantitativos, com o objetivo de garantir a eficiência operacional e economicidade, evitando a descontinuidade no fornecimento dos itens necessários a continuidade das atividades administrativas da BFLa, desde que a formalização da prorrogação seja realizada dentro da vigência inicial e observada a comprovação da vantajosidade do preço registrado.

7.2. O modelo de contratação permitirá:

- fornecimento contínuo;
- aquisições conforme demanda efetiva;
- racionalização dos estoques;
- redução de desperdícios;
- melhor gestão dos recursos públicos;
- maior eficiência administrativa e logística.

7.3. Em conformidade ao art. 10 do decreto 11.462, de 31 de março de 2023 foi realizada consulta ao sistema IRP para verificação de possíveis IRPs abertos na região de Corumbá-MS/Ladário-MS para deliberação quanto a participação, porém não foram encontradas, conforme se verifica no extrato de consulta anexo aos autos.

7.4. Em observância aos princípios da **eficiência, planejamento, economicidade, razoabilidade e interesse público**, será dispensada a realização da Intenção de Registro de Preços IRP pelos seguintes fundamentos:

- A contratação pretendida destina-se a atender demanda específica deste órgão, com características, quantitativos e prazos compatíveis com sua realidade administrativa;
- A realização da IRP poderia retardar o processo de contratação, comprometendo o atendimento tempestivo da necessidade administrativa, especialmente quanto ao cronograma previamente definido ou risco de descontinuidade de serviços essenciais.
- A ampliação do número de participantes pode aumentar a complexidade na gestão da Ata de Registro de Preços, dificultando o controle dos quantitativos, a fiscalização contratual e o atendimento adequado às demandas específicas do órgão gerenciador.

7.5. Visando resguardar o planejamento, a eficiência e situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público a Administração decide autorizar a adesão de órgãos ou entidades não participantes à presente Ata de Registro de Preços nos termos do art. 31, do Decreto 11.462/23.

7.6. O valor máximo aceitável será disponibilizado e tornar-se-á público com a divulgação do instrumento convocatório. Tal decisão decorre da convicção de que os preços estimados pela Administração representam o real valor médio de mercado, de forma que será natural e até recomendável que as propostas apresentadas se situem em torno do orçamento estimado, evitando assim a probabilidade de preços inexequíveis ou sobrepreços, visando à ampliação da competitividade.

7.7. A contratação trata de despesas rotineiras da administração já previstas no orçamento da união e destinadas a manutenção e continuidade das atividades administrativas da organizações militares das Forças Armadas.

7.8. A fim de subsidiar a autoridade competente, os materiais de expediente elencados no Termo de Referência enquadram-se na classificação de custeio, conforme art. 2º, inciso VI da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022 do Ministério da Economia.

7.8.1. Por se tratar de Registro de Preços, a eventual necessidade de subdelegação de competência ficará postergada para momento previamente a formalização da contratação, em observância ao Decreto Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019 do Governo Federal.

7.9. Não será exigido requisito de qualificação técnica e econômica por se tratar de bens comuns de baixa complexidade para entrega imediata, nos termos do art. 70, III da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.10. Na presente contratação será utilizado o instrumento substitutivo ao contrato, por se tratar de compra para entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

7.11. Os itens serão adjudicados nos termos IN SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022, observando-se o julgamento pelo menor preço por item, em conformidade com as práticas de mercado e visando ampliar a competitividade.

7.12. Os bens a serem adquiridos são caracterizados como comuns, pois podem ser definidos de forma objetiva, sem necessidade de projetos complexos com descrições comumente utilizadas no mercado.

7.13. Pela natureza do objeto a ser licitado envolver entrega de material de consumo de natureza comum, de pequeno vulto e baixa complexidade técnica, e levando em conta o histórico de participação de processos licitatórios anteriores realizados por esta Base, não será permitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

7.14. Portanto, por todo o exposto, concluiu-se que a melhor forma pela qual se dará a contratação será por meio da modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o procedimento auxiliar para Registro de Preços (SRP), sendo essa a solução mais adequada para o atendimento da presente necessidade.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades estimadas foram definidas com base:

- no histórico de consumo da Organização Militar;
- na demanda operacional e administrativa prevista;
- na necessidade de manutenção de estoque mínimo;
- na projeção de consumo para o período de 12 meses;
- na análise das rotinas administrativas e operacionais da OM.

8.2. Os quantitativos detalhados constam na tabela anexa ao processo administrativo, contemplando os materiais de expediente, limpeza e descartáveis necessários ao atendimento institucional.

8.3. A metodologia de estimativa considerou ainda:

- consumo histórico dos exercícios anteriores;
- sazonalidade de consumo;
- ampliação ou redução de atividades administrativas;
- margem de segurança logística em razão da localização da Organização Militar.

8.4. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, possibilitando aquisições parceladas conforme necessidade efetiva da Administração.

8.5. Para estimar a quantidade dos itens foram realizadas consultas no sistema de estoque da Marinha SISBENS (SITOQUE) e considerado margem para eventuais necessidades que possam surgir ao longo do ano, além da manutenção de estoque de pronto uso. Dessa forma, para embasar a estimativa serão juntados aos autos os extratos da consulta realizada, referente a entrada e saída de materiais.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 588.378,85

9.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida mediante pesquisa de preços realizada nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

A pesquisa observou:

- painel de preços do Governo Federal;
- contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- bancos de preços públicos;
- demais parâmetros admitidos pela legislação.

A composição dos preços considerou:

- custos logísticos da região;
- frete;
- particularidades do atendimento à região de fronteira.

9.2. Os valores estimados detalhados constam do mapa comparativo de preços integrante do processo administrativo.

9.3. A metodologia para obtenção do preço estimado a média de 3 (três) preços obtidos oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

9.4. Os preços coletados foram analisados de forma crítica, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados em razão da existência de grande variação entre os valores apresentados.

9.5. Fica estabelecida participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/15, para aquisição de bens cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A solução admite parcelamento do objeto por itens, considerando:

- natureza divisível dos materiais;
- ampliação da competitividade;
- possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte;
- obtenção de propostas mais vantajosas;
- inexistência de prejuízo técnico ou operacional.

10.2. O parcelamento por itens encontra respaldo no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes capazes de influenciar diretamente a execução do objeto.

Todavia, a presente contratação complementa as atividades administrativas permanentes da Organização Militar e integra o planejamento anual de suprimentos da Administração.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Da adequação entre a contratação, planejamento e os instrumentos de governança PCA e PLS.

12.2. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratação (PCA/2026) no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

- **Id pca PNCP:** 00394502000144-0-000041/2026
- **Data de publicação no PNCP:** 07/05/2025
- **DFD:** 05/2025

12.3. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) no âmbito do Comando do 6º Distrito Naval, encontra-se na fase de Elaboração (MSG-P182123Z/SET/2025).

12.4. Com objetivo de mitigar possíveis danos ambientais com descarte irregular de materiais. A Base Fluvial de Ladário (BFLa), aplica nas contratações a "Política Ambiental, comissão de meio ambiente e coleta seletiva de resíduos sólidos", instituída pela Ordem Interna Nº 40-03 de 20 de maio de 2020 da Base Fluvial de Ladário, em conformidade com estabelecido nas normas NORTAM-02/DPC - 1ª Revisão, NORTAM-06/DPC - 1ª Revisão e Lei nº 12.305/2010

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A presente contratação almeja a aquisição de materiais de expediente, higiene e limpeza, que além dos requisitos técnico-específicos solicitados, atendam também requisitos como: economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos materiais e/ou financeiros da administração pública.

14. Providências a serem adotadas

14.1. Para a adequada execução da contratação, a Administração deverá:

- elaborar Termo de Referência detalhado;
- realizar pesquisa de preços conforme legislação vigente;
- definir equipe de planejamento da contratação;
- designar gestores e fiscais do contrato/ata;
- promover adequado planejamento logístico;
- realizar acompanhamento do consumo e dos estoques;
- controlar saldo da ata de registro de preços.

14.2. Não se vislumbra necessidade de adequações estruturais relevantes.

14.3. Cabe à Marinha facilitar o ingresso dos funcionários da contratada, devidamente identificados, para realizar a entrega dos materiais.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Os principais impactos ambientais potenciais decorrem:

- da geração de resíduos sólidos;
- do descarte de embalagens;
- do consumo de materiais não recicláveis;
- do uso de produtos químicos de limpeza.

15.2. Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas:

- aquisição de produtos ambientalmente sustentáveis, quando viável;
- incentivo à utilização de materiais recicláveis;
- descarte ambientalmente adequado dos resíduos;
- racionalização do consumo;

15.3. A Contratada deverá observar as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis encontrado no site <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu>

/guiasustentabilidade, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

- Os detergentes em pó utilizados no país, ainda que importados, devem respeitar limites de concentração máxima de fósforo;
- Os saneantes devem ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme sua respectiva classificação como de risco I ou risco II;
- O fabricante de detergentes deve ser registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (FTE Categoria: Indústria Química; Código: 15-13; Descrição: Fabricação de sabões, detergentes e velas).
- Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.

15.4. No que couber, as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, de acordo com os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Após análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços constitui a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atendimento da demanda da Base Fluvial de Ladário.


16.2. A solução selecionada atende aos princípios da economicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público, competitividade e interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

16.3. Diante do exposto, esta Equipe de Planejamento manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 09/2026/BFLa, DE 25 DE MAIO DE 2026.

Documento assinado digitalmente
 GAUDENCIO FELIX DE SOUSA FILHO
Data: 01/06/2026 14:29:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GAUDENCIO FELIX DE SOUSA FILHO

Equipe de Planejamento

Despacho: PORTARIA Nº 09/2026/BFLa, DE 25 DE MAIO DE 2026.

ELIEZER FELIPE ARGERINO VIEIRA

Equipe de Planejamento

Despacho: Aprovo

RAMON FERREIRA RODRIGUES

Autoridade competente